Decreto nº 28.390, de 17 de fevereiro de 2009.

Institui o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade e dá providências correlatas.

O Governador do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o Artigo 54, VIII, da Constituição Estadual e tendo em vista o Decreto Federal no. 5.069, de 05 de maio de 2004 e,

Considerando que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida;

Considerando a importância fundamental dessa temática para a qualidade de vida e na sobrevivência das populações mundiais;

Considerando a necessidade do Estado do Amazonas da distinção a um Fórum permanente para discutir, harmonizar e aprovar propostas referentes às Mudanças Climáticas Globais;

Considerando a importância estratégica do Estado do Amazonas;

Considerando as características da política pública de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável;

Considerando as decisões tomadas nos vários eventos nacionais e internacionais, relativos ao tema;

Considerando o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e outros congêneres, realizados ou a se realizar em outros Estados da Federação;

Decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas Globais, visando conscientizar e mobilizar a sociedade amazonense para a discussão e tomada de posição sobre o fenômeno das mudanças climáticas globais, com os seguintes objetivos:

a) mobilizar e conscientizar a sociedade amazonense a respeito das Mudanças Climáticas Globais, com a finalidade de subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas ao tema, em articulação com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas,

Fóruns Estaduais constituídos e com a Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas, além de outras iniciativas públicas ou privadas concernentes a esse objetivo;

b) facilitar a interação entre a sociedade civil e o poder público amazonense, para promover a internalização do tema nas esferas de atuação dos atores sociais relevantes, tais como Secretarias de Estado, Autarquias e Fundações Estaduais e Municipais, Prefeituras, setores empresarial e acadêmico, sociedade civil organizada e meios de comunicação social;

c) estimular a cooperação entre governos, organismos internacionais, agências multilaterais, organizações não-governamentais internacionais e entidades amazonenses, no campo das mudanças climáticas globais; articulando o governo brasileiro, em especial as representações do Estado do Amazonas com organizações internacionais de relevância e projeção dentro do cenário mundial;

d) apoiar a obtenção de financiamentos nacionais e internacionais para aplicação em programas e ações no Estado do Amazonas relacionados às Mudanças Climáticas;

e) estimular a participação das entidades amazonenses nas Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e do Protocolo de Kyoto;

f) estimular a incorporação da dimensão climática no processo decisório relativo às políticas setoriais que se relacionem com emissões e seqüestro de gases de efeito estufa, bem como estimular a adoção de práticas e tecnologias mitigadoras das emissões dos referidos gases, de modo a assegurar a competitividade da economia amazonense;

g) colaborar com a elaboração de normas para a instituição de uma Política Estadual de Mudanças Climáticas, em articulação com a Política Nacional de Mudanças Climáticas e outras políticas públicas correlatas;

h) apoiar e facilitar a realização de estudos, pesquisas e ações de educação e capacitação nos temas relacionados às Mudanças Climáticas, com particular ênfase na execução de inventários de emissões e sumidouros, bem como na identificação das vulnerabilidades decorrentes do aumento médio da temperatura do planeta previsto pelo IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), visando a promoção de medidas de adaptação e de mitigação;

i) propor medidas que estimulem padrões sustentáveis de produção e consumo, por meio da utilização de instrumentos econômicos, incluindo iniciativas de licitação sustentável, para adequação do perfil e poder de compra do poder público estadual;

j) estimular o setor empresarial amazonense a uma gestão estratégica que permita a valorização de seus ativos e a redução de seus passivos ambientais, com a finalidade de promover a competitividade de seus produtos e serviços nos mercados nacional e internacional, pela demonstração de práticas de eficiência energética, bem como do uso de energia proveniente de fontes não emissoras de carbono;

l) Levantar o conhecimento existente sobre os impactos causados pela mudança global do clima sobre os biomas brasileiros, em especial os amazônicos, identificando lacunas existentes, com o objetivo de obter um conjunto de informações técnico-científicas para subsidiar as tomadas de decisões que venham a se fazer necessárias para priorizar o desenvolvimento e o aprofundamento dos estudos de impacto em áreas e setores mais vulneráveis;

m) Disseminar e estimular, no Estado do Amazonas, a implantação de projetos que utilizem o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a fim de que se beneficiem do "Mercado de Carbono" decorrente do Protocolo de Kyoto, e outros mercados similares, por meio de:

1. mecanismos de caráter institucional e regulatório, bem como auxílio na interlocução com investidores nacionais e estrangeiros, públicos ou privados;

2. estímulo a projetos MDL que auxiliem a recuperação e conservação da biodiversidade;

3. capacitação de empreendedores de projetos MDL no que tange às suas várias etapas;

4. disseminação das normas relativas aos critérios e metodologias emanadas do Conselho Diretor do MDL no que tange à adicionalidade e outras matérias;

5. auxílio na interlocução junto à Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima;

6. estímulo à exportação de créditos de carbono originados de projetos MDL, com ênfase nas vantagens competitivas decorrentes da adoção de práticas de sustentabilidade por empreendedores brasileiros;

n) buscar a integração dos objetivos constantes do presente inciso com iniciativas decorrentes da Convenção de Viena, do Protocolo de Montreal e demais convenções e acordos internacionais correlatos, ratificados pelo Brasil;

Artigo 2º - O Fórum será presidido pelo Governador do Estado e, na sua ausência, pelo Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O Fórum terá a seguinte representação:

I – Órgãos de Estado:

- a) do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- b) da Ciência e Tecnologia;
- c) de Produção Rural;
- d) de Justiça e Direitos Humanos;
- e) do Planejamento e Desenvolvimento Econômico;
- f) da Fazenda;
- g) da Saúde;
- h) da Infra-estrutura;
- i) de Política Fundiária;
- j) da Cultura;
- l) da Assistência Social;
- m) do Trabalho e da Cidadania
- n) do Governo
- o) da Universidade do Estado do Amazonas- UEA

II - Procuradoria Geral do Estado;

III – 01 (hum) representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente, eleito dentre seus membros;

IV - 01 (hum) representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, eleito dentre seus membros;

V - personalidades e representantes da sociedade civil, com notório conhecimento da matéria ou que sejam agentes com responsabilidade sobre a mudança do clima;

VI – como representantes:

- a) Ministro do Meio Ambiente;
- b) Ministro das Relações Exteriores;
- c) Ministro da Ciência e Tecnologia;
- d) Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- e) Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

- f) Presidente da Assembléia Legislativa do Estado;
- g) Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado;
- h) Procurador-Geral de Justiça do Estado;
- i) Associação Amazonense de Municípios - AAM;
- j) Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas;
- l) Presidente da Comissão Especial de Mudanças Climáticas da Câmara dos Deputados;
- m) Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;
- n) Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas;
- o) Secretário Nacional de Desenvolvimento da Produção;

§ 1º - A Secretaria Executiva do Fórum será exercida pelo **Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**.

§ 2º - Os membros do Fórum de que trata o inciso V deste artigo serão designados pelo Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Artigo 3º - O Fórum contará com uma Comissão Estadual de Mudanças Climáticas Globais, podendo criar Câmaras Temáticas, provisórias ou permanentes, sob a coordenação de qualquer membro, compostas por representantes do Governo, de setores da sociedade civil organizada, do meio empresarial, do meio acadêmico e dos meios de comunicação social.

Parágrafo único - As Câmaras Temáticas contarão com o apoio técnico de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, indireta e fundacional.

São membros da Comissão:

Representantes de organizações da sociedade civil representante das populações tradicionais:

- 1- Grupo de Trabalho Amazônico – GTA
- 2- Coordenação das Organizações Indígena da Amazônia Brasileira – COIAB
- 3- Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS
- 4- Comissão Pastoral da Terra – CPT

Representação das ONGs ambientalistas:

- 1- Fundação Vitória Amazônica – FVA
- 2- Greenpeace
- 3- WWF
- 4- Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM

5- Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

6- Conservação Internacional – CI

7- Instituto Amigos da Natureza – IAN

Organizações da sociedade civil representante dos setores produtivo e empresarial:

1- Federação das Indústrias do Amazonas – FIEAM

2- Federação da Agricultura do Amazonas – FETAGRI

3- Central Única dos Trabalhadores – CUT

Representantes das Instituições federais:

1- Instituto de Pesquisa da Amazônia – INPA

2- Universidade Federal do Amazonas – UFAM

3- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

4- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

5- Fundação Nacional do Índio – FUNAI

6- Comando Militar da Amazônia - CMA

7- Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM

8- Polícia Federal – PF

9- Serviço Geológico do Brasil – CPRM

10-Departamento Nacional de Produção Mineral - DNP

Representantes das instituições estaduais:

1- Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM

2- Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM

3- Instituto de terras do Amazonas - ITEAM

4- Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas – FEPI

5- Polícia Militar do Amazonas - PMAM

6- Universidade do Estado do Amazonas – UEA

7- Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR

Representantes dos municípios:

1- Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões – CONALTOSOL

2- Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente do Município de Manaus - SEMMA

3- Associação Amazonense de Municípios - AAM

Artigo 4º - O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Fórum e das Câmaras Temáticas serão providos pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pela Secretaria do Governo, com recursos orçamentários para tanto destinados, devendo os demais órgãos e entidades da administração pública Estadual prestar toda a colaboração solicitada pelo Fórum e pelas Câmaras Temáticas.

Artigo 5º - O Secretário Executivo do Fórum apresentará proposta de agenda de trabalho a ser submetida à apreciação do Fórum.

Artigo 6º - O Fórum poderá estabelecer termos de cooperação técnica com instituições governamentais e não governamentais com atividades afins à sua missão.

Artigo 7º - O Fórum estimulará a criação de Fóruns Regionais e Municipais de Mudanças Climáticas e realizará consultas públicas em diversas regiões do Estado.

Artigo 8º - As funções de Secretário Executivo, de membro do Fórum e das Câmaras Temáticas não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante interesse público.

Artigo 9º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, Gabinete do Governador, de 2008

EDUARDO BRAGA

Governador do Estado

NÁDIA CRISTINA D'ÁVILA FERREIRA

Secretária do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável